

Ata da 1º reunião extraordinária da Comissão de Finanças e Orçamento do 1º período legislativo, da 4ª sessão legislativa, da 17ª legislatura da Câmara Municipal de Caçu.

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, na cidade de Caçu, Estado de Goiás, na Sala das Comissões, realizou-se a primeira reunião extraordinária da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Caçu. Às 09h12min, o Presidente da Comissão, Vereador Zilderlei Nunes Ferreira, declarou aberta a reunião na presença dos Vereadores: Virginia Bernardes de Freitas Silva, Carlos Eduardo Barbosa Ferraz (Kaká) e Walter Junior Macedo. Ausente o Vereador Alex Parreira Borges, que solicitou seu licenciamento da função de Vereador em razão de nomeação para cargo de Secretário de Saúde. Na Ordem do Dia foi para discussão o Relatório Favorável do Vereador Walter Junior ao Projeto de Lei Ordinária nº 85/2023, que dispõe sobre autorização de desconto de 30% (trinta por cento), sobre o valor do ITU e IPTU, do exercício financeiro de 2024, para pagamento até o vencimento (31/07/2024) e dá outras providências, de autoria da Chefe do Poder Executivo Municipal. Com a palavra, o Relator destacou a importância do desconto e pediu o voto favorável dos colegas. Colocado o Relatório em votação foi aprovado por unanimidade, sendo, portanto, convertido em Parecer da Comissão. Em seguida, foi para discussão o Relatório Favorável do Vereador Kaká ao Projeto de Lei Ordinária nº 02/2024, que concede Revisão Geral Anual-RGA de salário aos Servidores Públicos ativos, inativos e pensionistas, aos Agentes Políticos dos Poderes Executivo e Legislativo, aos Conselheiros Tutelares do Município de Caçu/GO, aos servidores do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Caçu – CAÇUPREV, e dá outras providências, de autoria da Chefe do Poder Executivo Municipal. Com a palavra, o Vereador Walter Junior disse que no dia anterior reuniram-se os vereadores e a maioria concordou que a remuneração da Prefeita, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais está acima do necessário e que, enquanto isso, os vencimentos dos Vereadores estão defasados. Desta forma, como não é possível reajustar apenas a remuneração dos Vereadores sem reajustar para Prefeita, Vice-Prefeito e Secretários, pela inclusão destes no conjunto denominado “agentes políticos”, decidiu-se votar favorável ao Projeto aos moldes apresentado pela Chefe do Poder Executivo. O Vereador Zilderlei comentou que não é contra o Projeto, é contra aumentos na remuneração de Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Caçu, uma vez que o salário da Prefeita tem custado ao erário de Caçu mensalmente quase 29 mil reais, ao mesmo tempo em que os Vereadores não têm reajuste desde 2015 e servidores ativos e inativos do município padecem com defasagem. A Vereadora Virginia questionou o motivo por que a revisão salarial vir unificada, em um só projeto, para servidores e agentes políticos. Também reiterou, mencionando a Emenda que apresentou na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que não concorda com a revisão para Prefeita, Vice e Secretários. Colocado o Relatório em votação foi aprovado por unanimidade, sendo, portanto, convertido em Parecer da Comissão. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião às 09h28min. Eu, Carlos Eduardo Barbosa Ferraz, Secretário da Comissão, fiz lavrar a presente ata que, depois de lida e discutida, vai devidamente assinada.

Presidente

Vice-Presidente

Secretário(a)

Membro (a)

Membro (a)